

A.I. Nº - 108529.0003/20-7
AUTUADO - CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.
AUTUANTE - GILMÁRIO MACEDO LIMA
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 20/05/2021

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0064-01/21-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. MULTA. Autuado demonstrou que apurou corretamente a antecipação tributária parcial, comprovando estar habilitada aos benefícios de redução da base de cálculo, previstos nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 7.799/00. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O auto de infração em lide, lavrado em 31/03/2020, formaliza a exigência de multa de ICMS no valor total de R\$14.980.524,46, correspondente ao percentual de 60% sobre a parcela do ICMS que deixou de ser paga por antecipação tributária parcial, referente às aquisições de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, adquiridas para comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente (07.15.05), ocorrido nos meses de janeiro a dezembro de 2017, conforme previsto na alínea “d” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresentou defesa das fls. 27 a 32. Disse que a exigência fiscal é improcedente porque estava autorizado a reduzir a base de cálculo da operação interna em 41,176% em razão de ser signatário de termo de acordo referente aos benefícios constantes nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 7.799/00, conforme Parecer nº 13.891/2019, emitido pela SEFAZ/SAT/DIREF (fls. 89 e 90). Explicou que o termo de acordo foi deferido em maio de 2019 e seus efeitos foram retroativos a 01/01/2017 e validade até 31/12/2022.

Destacou que desde janeiro de 2017 já estava habilitado ao benefício constante no art. 2º do Decreto nº 7.799/00 e que no referido parecer que aprovou o termo de acordo com efeitos retroativos consta que a DITRI havia respondido em consulta que a redução no cálculo da antecipação parcial não estava vinculada à habilitação ao art. 1º do Decreto nº 7.799/00. Frisou que a retroatividade visou resguardar a empresa contra interpretações divergentes, visto que já havia sido autuado referente ao exercício de 2016.

O autuante apresentou informação fiscal às fls. 102 e 103. Disse que, após analisar o Parecer nº 13.891/2019, verificou que o autuado tinha direito ao cálculo da antecipação parcial com a redução de 41,176% e, por isso, sugeriu que o auto de infração fosse julgado improcedente.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

O presente auto de infração, trata de exigência de multa sobre o valor do imposto que

deveria ter sido pago por antecipação parcial nas aquisições de mercadorias para comercialização, mas que foram tributadas nas operações subsequentes.

A ordem de serviço que deu origem ao início da ação fiscal, que culminou com a lavratura do presente auto de infração, foi emitida em 12/01/2020, conforme documento à fl. 05. Ao autuado já havia sido deferido desde 28/05/2019, por meio do Parecer nº 13.891/2019, com efeitos retroativos a janeiro de 2017, o direito à fruição da redução da base de cálculo prevista no art. 1º do Decreto nº 7.799/00, que lhe garantiria a redução do cálculo da antecipação parcial, nas aquisições interestaduais para comercialização das mercadorias enquadradas no referido dispositivo do Decreto nº 7.799/00.

O autuante reconheceu a improcedência da autuação, após verificar que o autuado teria direito à fruição dos benefícios de que tratam os art. 1º e 2º do Decreto nº 7.799/00, implicando em outra sistemática para a apuração da antecipação parcial.

Assim, considerando que a autorização para fruição dos benefícios do Decreto nº 7.799/00, foi concedida pela autoridade competente para tal, conforme estabelecido no art. 7º do referido decreto, e que o período da presente ação fiscal estava alcançado pela referida autorização, voto pela IMPROCEDÊNCIA do auto de infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **108529.0003/20-7**, lavrado contra **CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para tomar conhecimento.

Esta Junta de julgamento Fiscal, recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a” item 1 do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558, com efeitos a partir de 17/08/18.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 27 de abril de 2021

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR